

política

Polémica. No meio do debate político, a Fundação para as Comunicações Móveis (FCM) assume-se como um projecto de info-inclusão que já deu mais de 45 milhões de euros aos operadores móveis, no programa e.escola. Em entrevista ao DN, o presidente recusa que o organismo possa servir para financiamento de campanhas partidárias

COMO FUNCIONA UMA "FUNDAÇÃO-FANTASMA"

PEDRO FONSECA

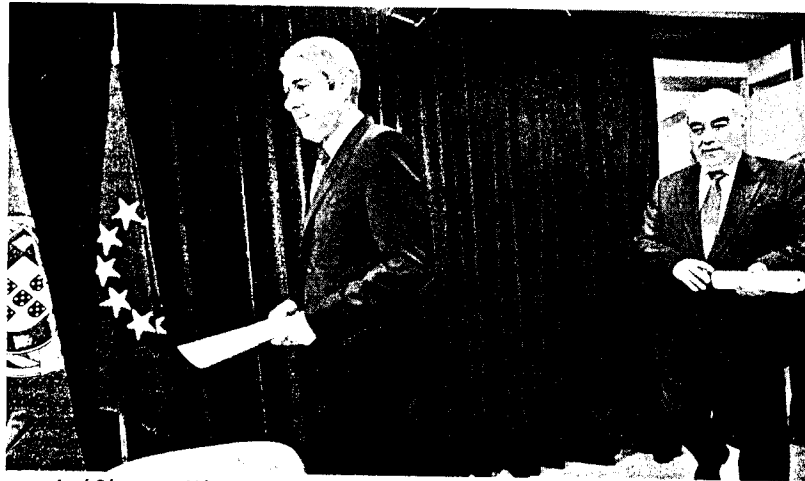
"É completamente absurdo" a Fundação para as Comunicações Móveis (FCM) servir para financiamento partidário, garante o presidente Mário Franco. As entidades financiadas são os operadores de telecomunicações móveis que já receberam mais de €45 milhões no âmbito do programa e.escola.

A FCM "tem estatutos que a impedem de contribuir para outros fins que não os previstos", pelo que "é impossível" a alegação feita por Paulo Rangel, assegura Franco.

No último debate com o primeiro-ministro, o líder parlamentar do PSD acusou a FCM de "saco azul mal explicado", "instituição-fantasma que paira no universo das telecomunicações" e comparou-a à Fundação para a Prevenção e Segurança (FPS).

Criada pelos secretários de Estado Armando Vara e Luís Patrão, a FPS foi uma complicação socialista em 2000 quando o então ministro da Administração Interna Fernando Gomes suspendeu o seu financiamento. Depois, uma comissão de inquérito na Assembleia da República e o Tribunal de Contas confirmaram várias irregularidades.

Para entender a FCM, há que recuar até 2000 quando os operadores móveis licitaram as licenças de terceira geração ou UMTS. Optimus, TMN e Vodafone (ex-Telecel) obtiveram acesso ao espectro radioelétrico. A OniWay acabaria por desistir, sendo a sua licença



José Sócrates e Mário Lino foram confrontados pelo PSD, na AR, com a "fundação-fantasma"

"dividida" entre os outros operadores por €24,9 milhões.

Uma das obrigações das licenças foi o financiamento de projectos para a sociedade da informação (SI) num valor que variou entre os €1300 milhões apontados à época e os 390 milhões referidos ontem em comunicado do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC).

A diferença deve-se à desistência da OniWay e pontos de vista diferenciados entre operadores e Estado sobre a base de cálculo. O diferendo atravessou

três governos e chegou a José Sócrates sem resolução, embora desde 2000 um Grupo de Trabalho UMTS para a "monitorização das obrigações assumidas pelos operadores" acompanha projectos que eles inscrevem como contrapartidas. É assim que surge a FCM em Setembro de 2008, evolução de um "grupo de projecto" no MOPTC.

"A FCM é criada pelos operadores, eles é que são os fundadores", diz Franco, "definim onde o dinheiro é aplicado e dão ao Estado a capacidade de gestão" do programa e.esco-

Paulo Rangel disse que a FCM é "um saco azul mal explicado"

la para "a promoção, desenvolvimento, generalização e consolidação do acesso às comunicações, em particular móveis". Divide-se nas iniciativas e oportunidades (para formandos do Novas Oportunidades), e professor (pré-escola, básico e secundário), e.escolinha (alunos do 1º ao 4º ano), e.escola (5º ao 12º ano), e e.juventude para associações estudantis e de juventude.

A FCM ficou com os quase €25 milhões da OniWay, a que se juntam transferências da Anacom, num total de 36,5 milhões de euros. Dessas verbas, pagou €25,3M à TMN, €11,6M à Sonaecom e 10,8M à Vodafone. ■

De fundo a fundação

31 DE JULHO DE 2000

• No concurso para atribuição de quatro licenças para telecomunicações móveis de 3ª geração (norma UMTS), os candidatos vincularam-se a financiar iniciativas de promoção da Sociedade de Informação (SI).

13 DE MARÇO DE 2001

• A primeira reunião do grupo de ligação entre os operadores, a Anacom e a Comissão Interministerial para a SI (actual UMIC).

8 DE JANEIRO DE 2001

• Resolução do Conselho de Ministros cria Grupo de Trabalho UMTS para ligação entre operadores, ICP (actual Anacom) e Comissão Interministerial para a SI, para monitorização das obrigações dos operadores.

5 DE JUNHO DE 2007

• Protocolo entre Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC) e Sonaecom, TMN e Vodafone Portugal (a OniWay desistira) para criar Fundo para a Sociedade da Informação (FSI), com capital de quase €25 milhões.

11 DE SETEMBRO DE 2008

• Nasce a FCM, proposta pela Entidade Gestora do FSI e pelos operadores móveis.

5 DE DEZEMBRO DE 2008

• Por indicação do MOPTC, Anacom transfere €16.529.466 para FCM.

22 DE ABRIL DE 2009

• Anacom transfere €20 milhões para FCM.

Entrevista Mário Franco

Presidente da Fundação para as Comunicações Móveis

"É absurdo falar em financiamento partidário"

PEDRO FONSECA

É possível a FCM servir para o financiamento partidário, como alega a oposição?

É completamente absurdo colocar tal questão. A Fundação tem estatutos que a impedem de contribuir para outros fins que não os previstos, tem órgãos que executam e fiscalizam os procedimentos e rege-se pelas normas legais aplicáveis, nomeadamente as regras da contrata-

ção pública nos termos do Código dos Contratos Públicos. Assim é impossível tal facto.

Porque não é a FCM de direito público se recebe mais verbas do Governo, como questionou o CDS?

A fundação foi criada pelos operadores, o dinheiro que recebemos do Estado não é para a FCM mas para satisfazer as responsabilidades no e.escola. Dos vários cenários, segundo informações jurídicas e téc-



A Fundação tem estatutos que a impedem de contribuir para outros fins

nicas que tenho, era o mais adequado para esta realidade. O facto do Estado ter maioria no Conselho Geral obriga a que a FCM cumpra o Código dos Contratos Públicos. O

facto de ser privada não a iliba das suas responsabilidades.

Pode ser fiscalizada pelo Tribunal de Contas?

Sim, de acordo com a lei.

Não há sobreposição com o GT UMTS?

Não porque a FCM é um acordo entre operadores para gerir o e.escola. O GT analisa todos os projectos - este é um deles. Os operadores apresentam os seus projectos e o GT valida se se enquadram nos objectivos das contrapartidas.

Porque é que o Estado paga aos operadores?

Mesmo tendo em consideração a contribuição dos operadores, é insuficiente para dar aquelas condições absolutamente extraordinárias [de acesso a computador e à Internet]. Tem efeitos económicos, é

um contributo muito forte que nunca existiria se operadores não tivessem disponibilizado verba para este fim, com quase um milhão de computadores e acessos à Internet por mais de €45M. É um programa, não é compra de material. É um investimento estratégico que todos estão a fazer e terá retorno para todos. Para o Estado, incentiva a info-inclusão, os operadores estão a investir no seu futuro e para as pessoas não é mau.

Como é que assumiu a presidência da FCM?

O Conselho de Administração é designado pelo Conselho Geral, onde estão representantes do Estado e dos três operadores fundadores. Neste momento, possui três elementos sendo o Presidente o único executivo remunerado. ■